



Procuradoria Municipal

SEGUNDA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Denúncia nº 1098590

Relator Conselheiro Wanderley Ávila

MISLAYNE FARIA SILVA OLIVEIRA, brasileira, Pregoeira do município de Pocrane, inscrita no CPF nº 141.966.856-09 e no RG nº MG-8.614.857, residente e domiciliada na Rua Pastor Josino Pires, nº 130, Centro, Pocrane/MG, CEP: 36960-000, vem respeitosamente à presença deste tribunal por seu procurador que a esta subscreve, apresentar **DEFEEESA FORMAL ESCRITA** no que concerne à denúncia apresentada por Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira e à análise do edital do processo administrativo de licitação 05/2021, Pregão Eletrônico 01/2021 do Município de Pocrane/MG, nos termos e pelos fundamentos a seguir expostos:

em denuncia movida por **FERNANDO SYMCHAMARÇAL VI EIRA**, nos autos da denuncia em epigrafe.

1. Relatório do procedimento.

Trata-se o expediente de denúncia apresentada em face do município de Pocrane, por meio de sua Pregoeira municipal, sob o fundamento de que o edital do **Processo Administrativo 05/2021 - Pregão eletrônico 001/2021** que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para atender a prefeitura, secretarias e fundos que compõem a administração municipal, fere os princípios atinentes a licitação.



Procuradoria Municipal

O denunciante afirma em sua peça inaugural que a exigência do Certificado de Regularidade junto ao IBAMA em nome do fabricante limita a participação de concorrentes a licitação e com isso fere o princípio da igualdade e concorrência, já que, impossibilitaria a participação de empresas que trabalham com produtos de nacionalidade estrangeira.

Requeru ainda a concessão de medida liminar pedindo a suspensão do processo licitatório, até que fosse julgada a presente denúncia, sob o argumento de que existia a fumaça do bom direito, qual seja a procedência do pedido autoral, e o perigo na demora, caracterizado pela irreversibilidade após a realização do certame.

Aduziu ainda pela retificação do edital com a devida alteração no item h da cláusula 10 do edital, para que nela constasse a exigência do certificado de regularidade junto ao IBAMA em nome do importador.

A unidade técnica deste tribunal opinou pela improcedência da denúncia e **apontou possíveis irregularidades a serem observadas pelo ente administrativo, com relação ao edital do pregão, quais passemos a descrever de forma didática:**

3.1 Apontamento:

- Da exigência de CND Municipal e CND Trabalhista

3.2 Apontamento:

- Da exigência de atestados de capacidade técnica-operacional sem definição de parcelas de maior relevância ou valor significativo

3.3 Apontamento:

- Da ausência de planilha de custos unitários e do valor estimado da contratação.

3.4 Apontamento:

- Da inobservância aos princípios da publicidade e transparência.



Procuradoria Municipal

Cumpre também ressaltar que o parecer do eminente *parquet* de contas, divergindo da unidade técnica, pugnou pela procedência do pedido autoral, aduzindo em síntese que, da simples leitura do dispositivo em debate, qual seja se o certificado de regularidade junto ao IBAMA deve ser em nome do fabricante ou do importador, que em se tratando de produtos estrangeiros, compete ao importador à realização do cadastro no órgão ambiental e que a simples possibilidade de obtenção do certificado em nome do fabricante em site oficial não tem o condão de autorizar a exigência em edital.

O ilustre órgão ministerial pugnou também para a defesa acerca das irregularidades técnicas apontadas no relatório do tribunal de contas do estado.

***Esse é o relatório do necessário,
passemos à defesa.***

Nobres conselheiros, razão não assiste o pleito da denunciante para que seja feita a retificação do edital convocatório, uma vez que, a exigência feita pelo ente licitante em momento algum feriu o princípio da igualdade/isonomia na licitação, tendo em vista que constituem faculdade da administração pública o estabelecimento de critérios mínimos que visem a adequação dos licitantes as normas atinentes ao processo licitatório e, como é o caso em comento, as normas ambientais, visando o fiel cumprimento das obrigações.

Neste sentido preleciona Hely Lopes Meireles:

Não configura atentado ao princípio da isonomia entre os licitantes o estabelecimento de requisitos mínimos de participação no edital ou convite, porque a Administração pode e deve fixá-los sempre que necessário à garantia da execução do contrato, à segurança e perfeição da obra ou serviço, à regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público.



Procuradoria Municipal

Nota-se que o item, objeto da denúncia, não configura exigências inconvenientes ou irrelevantes, o que é vedado pelo ordenamento jurídico, mas, revelação uma adequação do edital as normas ambientais vigentes.

Ademais, já é jurisprudência consolidada desta egrégia corte de contas que, a exigência do certificado de regularidade em nome do fabricante não configura uma ilegalidade por parte do ente licitante, vejamos algumas decisões.

Denúncia 1.041.506.

DENÚNCIA. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR. EXIGÊNCIA, COMO CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO, DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE JUNTO AO IBAMA. IMPROCEDÊNCIA. Dependendo da natureza do objeto a Administração pode exigir, na fase de habilitação da licitação, certificado de regularidade junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em nome do fabricante, com supedâneo nas normas de defesa do meio ambiente e no inciso IV do art. 30 da Lei n. 8.666/93.

Denúncia 1.031.624.

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR E PROTETORES. IRREGULARIDADES. CERTIFICADO DE REGULARIDADE NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL EM NOME DO FABRICANTE. IMPROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. NÃO COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.



Procuradoria Municipal

CONFIGURADA A IRREGULARIDADE. DENÚNCIA PARCIALMENTE PROCEDENTE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À LISURA DO CERTAME. RECOMENDAÇÕES. **1. Não vulnera a competição a exigência de certificado de regularidade perante o IBAMA, em nome do fabricante, sobretudo por se tratar de documento facilmente obtido pelos interessados no endereço eletrônico da entidade.** 2. A concessão de tratamento diferenciado e favorecido a microempresa e empresa de pequeno porte, em item licitado de até oitenta mil reais, constitui a regra, de modo que se admite, em caráter excepcional, a não concessão desse benefício, desde que devidamente comprovadas nos autos do processo administrativo quaisquer das hipóteses previstas no art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006. 3. Na licitação sob a modalidade pregão, a divulgação do orçamento, como anexo do edital, constitui faculdade da Administração, pois, conforme dispõe o inciso III do art. 3º da Lei nº 10.520, de 2002, a inserção do orçamento nos autos do processo licitatório é suficiente para demonstrar a regularidade do certame

Note que o entendimento desta corte é consolidado no sentido de que tal exigência não viola a competitividade entre os licitantes por ser tal requisito de fácil obtenção por parte dos licitantes sem gerar uma demanda excessiva a quem quer concorrer ao certame.

Desta forma, analisando todo o entendimento desta corte, como também já explanado na decisão monocrática proferida em sede de liminar pelo conselheiro Wanderley Ávila, a exigência de certificação junto ao IBAMA, que tem amparo na resolução do CONAMA nº 416/2019, não é óbice ao princípio da isonomia e competitividade do certame.

Da análise de todo o conjunto argumentatório e da análise do edital do pregão eletrônico, a disposição que exige o referido certificado não tem o condão de direcionar o processo licitatório somente a empresas que trabalham com produtos de nacionalidade brasileira,



Procuradoria Municipal

uma vez que, é perfeitamente possível a obtenção deste documento em nome do fabricante por parte do importador, como já entendeu este tribunal.

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA FROTA MUNICIPAL. IRREGULARIDADE. CERTIFICADO DE REGULARIDADE NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL EM NOME DO FABRICANTE. IMPROCEDÊNCIA. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL DE CONTAS. Não vulnera a competição a exigência de certificado de regularidade perante o IBAMA, em nome do fabricante, sobretudo por se tratar de documento facilmente obtido pelos interessados no endereço eletrônico da entidade.

[...]

Quanto ao argumento do denunciante de que o certificado somente poderia ser obtido pelos fabricantes nacionais, o que, por conseguinte, vulneraria a ampla competitividade por restringir a participação de quem fornecesse produtos importados, entendo que, diante das peculiaridades relativas à obtenção do referido documento, não há, no caso em apreço, qualquer prejuízo capaz de comprometer a lisura do procedimento. Isso porque, conforme informado pela Unidade Técnica, a qualquer interessado é franqueado o acesso ao certificado, por meio de simples consulta ao endereço eletrônico do IBAMA, não provocando, tal fato, embaraço, tampouco sujeição do licitante à vontade do fabricante de entregar-lhe o certificado.

Portanto, como demonstrado, as disposições do edital do pregão em comento não possui irregularidade capaz de gerar ilegalidades no processo licitatório. Razão pela qual, os argumentos trazidos pelo denunciante não merecem prosperar.

DOS APONTAMENTOS TÉCNICOS DO TCE/MG.



Procuradoria Municipal

Consta do relatório elaborado pelo órgão técnico do egrégio Tribunal de contas que, o edital do processo licitatório em questão contém as possíveis irregularidades:

- Da exigência de CND Municipal e CND Trabalhista;
- Da exigência de atestados de capacidade técnica-operacional sem definição de parcelas de maior relevância ou valor significativo;
- Da ausência de planilha de custos unitários e de valor estimado da contratação.

Nobres conselheiros, antes porem de analisarmos os apontamentos feitos pelo órgão competente do Tribunal de Contas, cumpre realizar que no caso em comento não se pode falar em responsabilidade do pregoeiro na elaboração do edital, desta forma não se pode apontar a este qualquer punição por erros constantes do edital.

De análise da legislação pertinente percebe-se que o pregoeiro é o agente responsável pelo processamento das licitações realizadas pela modalidade pregão. A ele incumbe a prática de todos os atos relacionados à coordenação do procedimento licitatório. Os decretos federais que regulamentam o pregão em suas versões presencial (Decreto nº 3.555/00) e eletrônico (Decreto nº 5.450/05) também apontam as competências do pregoeiro, sempre as relacionando à condução do procedimento de licitação.

Nesse exato sentido, formou-se a conclusão adotada pelo Tribunal de Contas da União no julgamento do Acórdão nº 1.729/2015 – 1ª Câmara:

O pregoeiro não pode ser responsabilizado por irregularidade em edital de licitação, já que sua elaboração não se insere no rol de competências que lhe foram legalmente atribuídas. No entanto, imputa-se responsabilidade a pregoeiro, quando contribui com a prática de atos omissivos e comissivos, na condução de certame cujo edital contenha cláusulas sabidamente em desacordo com as leis de licitações públicas, porque compete ao pregoeiro, na condição de servidor público, caso tenha ciência de manifesta ilegalidade, recusar-se ao cumprimento do edital e representar à



Procuradoria Municipal

autoridade superior (art. 116, incisos IV, VI e XII e parágrafo único, da Lei 8.112/90).

Logo, caso seja apurada qualquer irregularidade no edital do certame em comento, não há que se falar em responsabilidade por parte desta Pregoeira em questão.

1) Da exigência de CND Municipal e CND Trabalhista;

Indica o parecer técnico que em relação à regularidade fiscal e trabalhista, a jurisprudência da Corte de Contas vem se consolidando no sentido de não restringir a comprovação apenas por meio de certidão de quitação de débitos, uma vez que esta regularidade também pode ser comprovada por certidão positiva de débitos, com efeitos de negativa.

Ínclitos Conselheiros, pedimos vênica para abrir mão de longo e enfadonho relatório, adentrando direto ao mérito da questão.

Eminentes, ainda que o texto do edital do certame contenha de forma expressa o termo “Certidão Negativa de Débitos” (CND), dúvida não há de restar que a apresentação da Certidão Positiva com Efeito de Negativa (CPEN) expedida pelo órgão competente possui a mesma validade jurídica, suprimindo, do ponto de vista jurídico, a exigência editalícia.

Em que pese os argumentos lançados pelos técnicos deste Tribunal de Contas no respectivo relatório, é forçoso o entendimento de que a exigência de certidão negativa de débito, sem indicação expressa da possibilidade de apresentação da certidão positiva de débito com efeitos de negativa é razoável, **posto que o CTN equipara esta certidão (CPEN), quanto aos seus efeitos, à certidão negativa de débito.**

Apesar da possível interpretação literal diversa do texto do edital, o que se busca, na prática, é o cumprimento da previsão legal da exigência de prova de regularidade fiscal. Trata-se, pois, a expressão “apresentação de Certidão Negativa de Débito” contida no edital,



Procuradoria Municipal

com instrução exemplificativa em forma de “gênero”, na qual se enquadra tanto está própria, como sua equivalente (CPEN).

2) **Da exigência de atestados de capacidade técnica-operacional sem definição de parcelas de maior relevância ou valor significativo;**

Afirma também o parecer técnico do TCEMG que no que concerne à habilitação técnica do licitante, seja irregular a exigência quanto à experiência anterior de 100% (cem por cento) do objeto licitado, sendo necessário definir no instrumento convocatório quais as parcelas do objeto possuem maior relevância técnica ou valor significativo.

Antes de tudo, pertinente transcrever o dispositivo do edital apontado como irregular pelo relatório:

10. (...)

“a) Atestados de Capacidade Técnica, mediante apresentação de comprovante de **aptidão para fornecimento pertinente e compatível em características e quantidades e prazos com objeto da licitação**, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ressaltando que caso haja necessidade o (s) atestado (s) apresentado (s) poderá (ão) ser diligenciado pelo (a) pregoeiro (a);”
(grifei)

Senhores Conselheiros, não pode prosperar o apontamento do relatório, como passo a expor. Diferente do interpretado pelo técnico analista deste Tribunal, não houve cerceamento de concorrência ou tendência à subjetividade de análise.

Com o imenso respeito devido ao capacitado subscritor do Relatório, observa-se já de antemão que a fundamentação do apontamento de irregularidade guarda maior identidade com a licitação de contratação de “serviços”, e não aquisição de produtos, como no caso em apreço.



Procuradoria Municipal

Diz-se isso principalmente no que concerne à solicitação técnica de especificação editalícia das parcelas de maior relevância ou valor significativo, “indicando quais são os serviços reputados como essenciais e compatíveis ao objeto posto em disputa”.

Tendo em vista tratar-se de processo de licitação com objeto de aquisição de produtos (pneus, câmara de ar e protetores), parte do fundamento do relatório de apontamento de irregularidade não se aplica ao caso em análise, pelo que deixamos de combatê-lo.

Dito isso, passemos a enfrentar a própria conclusão do analista:

“Portanto, considerando que a Prefeitura Municipal de Pocrane deixou de definir com clareza as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto licitado, assim como os critérios objetivos para efeito de comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, conclui-se pela irregularidade do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2021, no ponto em comento”.

Senhores Conselheiros é de amplo conhecimento que, embora os requisitos de capacidade técnica sejam mais frequentes nas obras e nos serviços, a administração pública, pode inseri-los nos editais de licitação para compras, nos termos do art. 30, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, de acordo com as suas necessidades.

Nesta toada, no que concerne à conclusão do relatório aqui enfrentada, eis que a Lei nº 8.666/1993 não especifica, de forma expressa, os percentuais que poderão ser adotados na mensuração da capacidade técnica do licitante.

Lado outro, a jurisprudência do TCU consolidou o entendimento de que é irregular a fixação, nos atestados de capacidade técnica, de quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens ou serviços que a administração pública pretende contratar, excetuados os



Procuradoria Municipal

casos em que a especificidade do objeto recomendar a adoção de percentual maior, o que deverá estar justificado no processo licitatório.

Vejamos então que o que foi consolidado pelo Tribunal de Contas da União é a impossibilidade de exigência de atestado de capacidade técnica em quantitativo superior à 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar.

Da leitura do trecho de edital apontado como irregular, observa-se que o edital não lança nenhum quantitativo mínimo para o atestado de capacidade técnica exigido, o que afasta claramente a incursão na vedação jurisprudencial do TCU acima transcrita.

Resta então o combate à suposta tendência à subjetividade e comprometimento ao princípio do julgamento objetivo.

Julgadores, não há de se falar em interpretação subjetiva da exigência editalícia.

O Atestado técnico solicitado é balizado **por critério objetivo**, pois solicita-se a comprovação objetiva da “aptidão para fornecimento pertinente e compatível em características e quantidades e prazos com objeto da licitação”. Vejamos.

Sendo, pois, o objeto da licitação descrito de forma clara e objetiva no termo de referência (Aquisição de Pneus, Câmaras de Ar e Protetores), não há de se falar em interpretação subjetiva do atestado capaz de ferir o princípio do julgamento objetivo.

Eminentes Conselheiros, o edital vincula a comprovação técnica com: “aptidão para fornecimento com a pertinência e compatibilidade com as características e quantidades e prazos do objeto da licitação” **estando o objeto descrito de forma objetiva e clara no termo de referência do certame, não há o que se falar em tendência à subjetividade.**

Pelo exposto, não deve proceder o apontamento de irregularidade

3) **Da ausência de planilha de custos unitários e de valor estimado da contratação;**



Procuradoria Municipal

Aponta por fim o parecer técnico o edital do processo administrativo Pregão Eletrônico 01/2021 do Município de Pocrane esteja irregular por padecer de Planilha de Custos Unitários do Produto e Valor Estimado da Contratação.

Senhores Conselheiros, em estudo esmiuçado do tema, observa-se que no Acórdão 2989/2018, do Plenário, o TCU analisou a matéria em apreço, inclusive no âmbito da própria Corte de Contas, analisando pertinência e entendendo pela **não obrigatoriedade de divulgação do preço estimado na modalidade pregão.**

Noutro giro, ainda que o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitua um dos elementos obrigatórios do edital do pregão, certo é que deve estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo relativo ao certame, como no caso em apreço, na fase interna de cotação de preços.

Isso porque o valor estimado também tem por objetivo verificar a existência de recursos orçamentários para atender à despesa e servir de parâmetro objetivo para o julgamento das propostas. Na Cartilha de Licitações e Contratos do TCU, a Corte de Contas orienta: *“Preços coletados devem ser pesquisados em condições semelhantes às solicitadas no procedimento licitatório e se referir a objeto idêntico ao da licitação. Pesquisa de preços é procedimento prévio e indispensável à verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública. Serve de base também para confronto e exame de propostas em licitação. Pesquisar preços é procedimento obrigatório prévio à realização de processos de contratação pública.”*

Especificamente sobre o pregão, a Lei 10.520/02 prescreve:

“Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as



Procuradoria Municipal

cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

[...]

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[...]

III - do edital constarão todos os elementos definidos na forma do inciso I do art. 3º, as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso;”.

Infere-se então que a norma que regulamenta a modalidade pregão não estabelece como requisito obrigatório do edital a divulgação do preço estimado, diferente do que ocorre com as modalidades processadas pela Lei 8.666/93, cuja obrigatoriedade consta no art. 40, inciso X e § 2º, II.

Neste sentido, conforme já dito, o TCU posicionou-se por ser desnecessária a divulgação do valor estimado no edital, consoante esclarece Lucas Rocha Furtado:

“Uma dúvida que inicialmente se apresentou em relação aos pregões está relacionada a saber se o orçamento detalhado, com a planilha de custos individualizada, deveria constar do edital, por força da aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93. No âmbito do TCU, a orientação atualmente adotada pela jurisprudência é no sentido de que tendo a Lei n. 10.520/2002, que trata do pregão, tratado do tema, não seria hipótese de buscar a aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93. Essa tese foi adotada por ocasião do julgamento do Acórdão n. 117/2007 – Plenário. Transcrevemos trecho do voto condutor: O fato dessa planilha ter sido inserida no edital sem o preenchimento dos valores não traduz prática que viola os dispositivos legais atinentes à matéria. Como visto, na licitação da modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas e preço unitários não constituiu um dos elementos obrigatórios do edital, devendo estar



Procuradoria Municipal

inserido obrigatoriamente no bojo do processo relativo ao certame. Ficará a critério do gestor, no caso concreto, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir esse orçamento no edital ou de informar, no ato convocatório, a sua disponibilidade aos interessados e os meios para obtê-lo. Esse tem sido o entendimento exarado por este Tribunal em recentes decisões acerca da matéria, ex vi dos Acórdãos n. 1.925/2006 – Plenário e 201/2006 – Segunda Câmara.”

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. AQUISIÇÃO DE EMBARCAÇÕES PARA O TRANSPORTE DIÁRIO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO. SUSPOSTAS IRREGULARIDADES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO NA LICITAÇÃO DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO. DESNECESSIDADE DE DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO E JUSTIFICATIVA PARA INDEFERIMENTO DO FORNECIMENTO DE CÓPIAS PELA ADMINISTRAÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS. DIFICULDADE NO CÁLCULO DO FRETE PARA LOTE ESPECÍFICO DA LICITAÇÃO. RETIFICAÇÃO DO EDITAL. SANEAMENTO DA IRREGULARIDADE. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DEFERIMENTO DE VISTAS, COM RESSALVA AO CONTEÚDO DO ORÇAMENTO FORNECEDIDO PELO FNDE ATÉ A FASE DE LANCES. COMUNICAÇÕES. ARQUIVAMENTO. Em sede de licitação, na modalidade pregão, não se configura violação ao princípio da publicidade o resguardo do sigilo do orçamento estimado elaborado pela Administração até a fase de lances, sendo público o seu conteúdo após esse momento.”

Assim sendo, observa-se que a fase interna do procedimento em apreço contém as planilhas de cotação de preços unitários, e que, de igual modo, tal elemento é prescindível no edital do processo modalidade pregão.

Pugna pelo não acolhimento do apontamento de irregularidade do edital do certame combatido por este tópico.



Procuradoria Municipal

PEDIDO

Diante de todo exposto, solicita a Pregoeira defendida que esta CÂMARA DE TRIBUNAL DE CONTAS se digne em:

- a) Julgar Improcedente o mérito da denúncia inicial, pelo exposto na defesa e pelo próprio entendimento do Relatório Técnico acostado aos autos;
- b) Não acatar os apontamentos de irregularidade editalícia do Relatório Técnico, validando o edital do certame; ou;
- c) Acatando algum dos apontamentos, seja o Município e esta Pregoeira imediatamente informados para que adotem as medidas cabíveis;
- d) Acatando algum dos apontamentos, NÃO SEJA APLICADA PENA DE MULTA, haja vista a inexistência de dano ao erário e de qualquer ato de dolo ou má fé da Pregoeira defendida.

Termos em que se pede
e espera o deferimento.

Pocrane/MG, 25 de maio de 2021.

Paulo Rodrigues Schitine Junior
OAB/MG 125.724